

Elas vão comandar a UFSC nos próximos quatro anos

A maior e principal instituição pública de ensino superior de Santa Catarina será comandada, pela primeira vez na história, por uma mulher. A professora Roselane Neckel foi eleita, no dia 30 de novembro, reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela conseguiu índice de 0,5247. O candidato Carlos Alberto Justo da Silva, o Paraná, que disputava o segundo turno com a professora, atingiu índice de 0,4753.

Compareceram às urnas 13.549 eleitores, num universo de 37.666 eleitores aptos a votar, ou seja, 35,97% de comparecimento. Roselane abriu ampla vantagem entre os alunos e, mesmo ganhando entre os professores e técnico-administrativos, Paraná não conseguiu reverter à diferença.

Agora, o resultado será levado ao Conselho Universitário (CUUn) para a composição da lista triplíce. O ato de nomeação é prerrogativa da presidência da República.

Ao seu lado, Roselane terá a companhia de outra mulher. A vice-reitora será a professora Lúcia Helena Pacheco. Em entrevista ao Diário Catarinense logo após a divulgação

do resultado, Roselane disse que fará “uma reorganização da gestão administrativa interna da UFSC, uma reorganização que possibilite aos professores, estudantes e técnico-administrativos melhor qualidade de trabalho e a utilização da universidade para beneficiar a sociedade”.

Roselane Neckel foi aluna do Colégio de Aplicação da UFSC, é licenciada em História pela UFSC, com mestrado e doutorado em História do Brasil pela PUC/SP. Professora do Departamento de História desde 1996, com ênfase no ensino e na pesquisa relacionada à História da Educação e a linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em História- Relações de Poder e Subjetividades. Em 2004, foi eleita Vice-diretora do CFH e, em 2008, Diretora.

A vice-reitora eleita, Lucia Helena Martins Pacheco, também foi aluna do Colégio de



Roselane Neckel e Lucia Helena Martins comemoram resultado da eleição

Aplicação, é professora do Departamento de Informática e Estatística, com graduação em Engenharia Elétrica pelo CTC/UFSC e em Psicologia no CFH/UFSC. Possui doutorado em Engenharia de Produção, sendo um ano dele na Universidade da Flórida. É, desde 2008, Diretora Técnica da FEESC e atuou durante quatro anos como chefe de departamento no CTC.

A posse acontecerá em maio de 2012.



PRINCIPAIS PROPOSTAS DEFENDIDAS DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL

- Realizar fórum para debater e propor uma política de gestão de pessoas, com a finalidade de aperfeiçoar a atuação dos profissionais, incentivando seu comprometimento institucional
- Definir uma política de gestão de planejamento e de dimensionamento de servidores docentes e técnico-administrativos, alinhada com o planejamento institucional
- Implantar programas de gestão de pessoas vinculadas a metas institucionais definidas no planejamento estratégico, que incluam ingresso, recepção e socialização, avaliação de desempenho, dimensionamento, levantamento de necessidades de capacitação e desenvolvimento profissional
- Estabelecer política e critérios para a mobilidade interna de servidores, oportunizando novas experiências profissionais e uma visão sistêmica da instituição
- Proposição de critérios de natureza técnico profissional para o preenchimento de cargos gerenciais
- Estabelecer uma política de diálogo contínuo com servidores docentes e técnico-administrativos
- Profissionalizar a gestão universitária com a finalidade de reduzir a burocracia e mapear e otimizar processos administrativos
- Desenvolver soluções jurídicas para as diferentes questões que dificultam a gestão acadêmica e administrativa
- Desenvolver e implementar políticas de captação de recursos públicos e privados para o ensino, a pesquisa e a extensão
- Otimizar a alocação de recursos orçamentários globais, segundo as prioridades institucionais, com visibilidade e transparência
- Atualizar as tecnologias de informação (hardware e software) em uso, através do alinhamento dos bancos de dados existentes, possibilitando melhoria de tomadas de decisão acadêmica, administrativa e financeira e a melhoria no fluxo de informação
- Elaborar o novo plano diretor físico dos câmpus
- Implantar a política de responsabilidade e sustentabilidade ambiental
- Fortalecer o debate sobre segurança nos câmpus e em seu entorno com a constituição de estratégias de ação

OPINIÃO

O que é a verdade?

Marcelo Carvalho*

A célebre frase, de autoria do governador (ou equivalente) romano Poncius Pilatos é muito atual. Sendo um cético, Pilatos não procurava uma resposta, o que explica a razão do Verbo ter permanecido em silêncio. Hoje, a questão ressurgiu, formulada não por céticos, nem por pessoas que procuram uma resposta sincera, mas por alguns que desejam legitimar o que eles assumem como verdade. Assim, não é possível ficar em silêncio, e a universidade deve contribuir para analisar de forma isenta (?) os fatos como ocorreram.

Para entendermos o problema, reescrevo o seguinte trecho do prefácio da primeira edição do livro “Imagens da Revolução” (1985) de Daniel Aarão Reis: “Naqueles anos alguns milhares, poucos, certamente, de mulheres e homens, quase todos muito jovens, lançaram-se à luta armada contra o poder, não imaginando que se encontravam isolados política e socialmente. Foram massacrados. [...] Mas não foram totalmente esquecidos. Não terá sido sintomática a ovação com que o povo do Rio de Janeiro saudou a menção a Lamarca e Marighella no comício das Diretas-Já, em 1984? Os povos, mesmo quando desorganizados e sem ânimo para se revoltar, sabem apreciar os rebeldes que lutam pelas boas causas, mesmo em momentos e circunstâncias social e politicamente desfavoráveis. [...] A publicação dos documentos políticos da Nova Esquerda não deixa de ser igualmente uma homenagem. Mas consideramos, sobretudo, um exercício a memória, o resgate de uma contribuição política relevante. Um ato de justiça.”

No contexto atual, a “comissão da verdade” pretende ser o instrumento capaz de fazer a justiça e preservar a memória dos que se lançaram a luta armada. Mas, como haveremos de lembrá-los se não sabemos a verdade pelo que lutavam? Há vários mitos e equívocos em relação a isso. O primeiro já surge no fato óbvio de que alguém que enalteça Marighella, assim o faz por desinformação ou por dogmatismo, afinal, Marighella, em seu “Mini-manual do guerrilheiro urbano”, dizia: “O terrorismo é uma arma a que jamais o revolucionário pode renunciar. [...] Ser assaltante ou terrorista é uma condição que enobrece qualquer homem honrado”. Para concordar com esta tese teríamos que fazer uma concessão a Eric Hobsbaw de que a matança indiscriminada de pessoas estaria justificada caso garantisse a edificação da grande utopia socialista. O fato é que, mais tarde, numa entrevista ao jornal O Globo de 23/09/2001 o próprio Aarão Reis acrescenta um elemento totalmente ausente no prefácio de seu livro: “As ações armadas da esquerda brasileira não devem ser mitificadas. Nem para um

lado nem para o outro. Eu não compartilho da lenda de que no final dos anos 60 e no início dos 70 fomos o braço armado de uma resistência democrática. [...] Ao longo do processo de radicalização iniciado em 1961, o projeto das organizações de esquerda que defendiam a luta armada era revolucionário, ofensivo e ditatorial. Não existe um só documento dessas organizações em que elas se apresentassem como instrumento da resistência democrática. “De fato, o próprio conteúdo do seu livro “Imagens da Revolução” comprova isso. Ora, se desde 1961 e, portanto, antes da contra-revolução de 1964, já havia um processo de radicalização da esquerda em direção a luta armada na implantação de um projeto “revolucionário, ofensivo, e ditatorial” seria natural que isso seria de alguma forma combatido. A literatura sobre o tema, escrita pelos militares, só agora começa a ganhar corpo e não pode ser ignorada [1,2,3] sob risco de não chegarmos a verdade alguma. Ela oferece uma análise da conjuntura nacional e das dificuldades numa época volátil onde o MCI fomentava todo tipo de ações armadas e subversivas para expandir o comunismo.

Assim, para que seja resgatada a verdade é preciso que saibamos pelo que cada lado lutava, como esta luta foi efetuada, quem as financiava, e os crimes que ambos os lados cometeram, afinal, tortura e terrorismo são crimes igualmente hediondos. Não teria sido este desconhecimento a razão de Lamarca e Marighella terem sido reverenciados no comício das Diretas-Já? Afinal, haveremos de considerar Lamarca um herói as custas da omissão de vários de seus crimes, o mais notório, o brutal assassinato com requintes de crueldade e tortura do Tenente Mendes, morto a coronhadas? O que dizer dos atentados a bombas, assassinatos, roubos a bancos e estabelecimentos comerciais etc., praticados pelos militantes da luta armada e que vitimaram inúmeros civis (Ver [2], pgs. 512-521 para uma lista dos nomes)? Estariam essas ações justificadas em nome do socialismo? No que consiste então fazer justiça se, deliberadamente, se omite que os que participaram da luta armada defendiam um “projeto revolucionário, ofensivo e ditatorial” e, nessa empreitada, praticaram todo tipo de ações terroristas? Caso desconsidere estes fatos embaraçosos, a comissão corre o risco de se transformar numa comissão da “meia-verdade”.

[1] “A Grande Mentira”, Agnaldo del Nero Augusto

[2] “A Verdade Sufocada”, Carlos Brilhante Ustra;

[3] “Projeto Orvil”.

* Professor do Departamento de Matemática



Publicação quinzenal do Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina (Apufsc-Sindical)

ENTRE EM CONTATO

Endereço Sede da Apufsc, Campus Universitário, CEP 88040-900, Florianópolis/ SC
Fone/fax (048) 3234-2844
Home page www.apufsc.org.br
E-mail imprensa@apufsc.org.br

DIRETORIA GESTÃO 2010/2012

Presidente
Carlos Wolowski Mussi

Vice-Presidente
Rogério Portanova

Secretário Geral
Milton Muniz

1ª Secretária
Sandra Regina Paulon Avancini

Diretor Financeiro
João Randolfo Pontes

Diretor Financeiro Adjunto
Gerson Renzetti Ouriques

Diretor de Divulgação e Imprensa
Paulo Cesar Philippi

Dir. de Promoções Sociais, Culturais e Científicas
Mauro Eduardo Pommer

Diretor de Assuntos de Aposentadoria
Marcio Campos

PRODUÇÃO

Jornalista Responsável
Clodoaldo Volpato (SC - 2028 JP)

Editoração eletrônica
Gabriela Santos Bazzo

Impressão Gráfica Rio Sul

Tiragem 3.500 exemplares

Distribuição gratuita e dirigida

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores e não corresponde necessariamente à opinião da diretoria da Apufsc

Por que a Apubh desfilou-se do Proifes

A desfiliação do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (Apubh) do Proifes fortalece, ainda mais, a criação de uma federação nacional independente de professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). “A Apubh quer uma federação horizontal. A federação que estão criando com o nome de Proifes não é a federação que os professores da UFMG sempre quiseram e merecem. Chega de aparelhamentos das entidades que escolhemos para nos representar. A história do Movimento Docente sempre teve a Apubh como protagonista. Mais uma vez a Apubh propõe, corajosamente, lançar-se, junto com a Apufsc, para construirmos algo ainda não atingido: uma federação digna dos interesses dos nosso filiados”, destaca o documento que justifica a desfiliação do Sindicato do Proifes.

A Apubh foi fundada em 1977 e foi uma das fundadoras do Andes, em 1981. Mas, de acordo com o Sindicato mineiro, o “Andes nunca assinou um acordo com o governo até recentemente, quando o fez pela primeira vez. Além de não representar os interesses dos professores, a Andes tornou-se aparelho do PSTU e do PSOL, que, inclusive, ajudou a fundar. Por isso, em 2004, a Apubh fundou o Proifes com outras três ADs.

No Proifes, a Apubh sempre defendeu a transformação das ADs em sindicatos locais e a fundação de uma federação para representar os interesses de nossa classe junto ao governo federal”, acrescenta o documento, afirmando que alguns diretores do Proifes-Fórum criaram o Proifes – SN, contrariando o projeto de fundação de uma federação exclusivamente de sindicatos locais.

A proposta de transformação do Proifes em federação, de acordo com a Apubh, foi deturpada. “O Proifes-Federação (PF) já nasce aparelhado. Antes do VII Encontro Nacional do Proifes-Fórum, ocorrido em julho deste ano, tivemos acesso a uma mensagem de correio eletrônico do coordenador da Fração Proifes do PCdoB em que se partilhava a direção do Proifes-Federação entre o PT e do PCdoB. As modificações feitas no estatuto

do Proifes-Federação durante o encontro pioraram muito a proposta inicial, já que permitem a recondução perpétua da direção, não colocam restrições alguma aos gastos do PF que o presidente pode ordenar e retiram dos sindicatos o poder na federação, já que os membros de um sindicato ao Conselho Deliberativo do PF são indicados pela gestão do sindicato pelo tempo de mandato de três anos. Se a gestão do sindicato mudar, a nova gestão não pode indicar outras pessoas para o Conselho”, evidencia a justificativa.

A Apubh também questiona o processo de consulta para a transformação do Proifes-Fórum em Proifes-Federação. De acordo com o Sindicato, o resultado da consulta eletrônica favorável a esta transformação teve 715 votantes de um universo de mais de 14 mil filiados.

“O que mais impressiona foram os erros relatados pela empresa que fez a consulta eletrônica: no total, 2.314 erros, três vezes mais que os votos válidos, sendo cerca de 500 apenas da Apubh. O pior erro, no entanto, foi que uma filiada da Apubh foi computada como sendo filiada da Adufrgs. A conclusão é que o processo eleitoral deveria ter sido invalidado, mas não foi”. Vale lembrar que no mês de agosto deste ano, A Apubh, juntamente com a Apufsc, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc-Sindicato), assinou a Carta de Brasília, onde são apresentados os argumentos para a criação de uma federação nacional independente. “Uma federação sem donos, que espelhe os interesses da base dos filiados de cada entidade federativa. Uma federação que permita a dissonância como sede do debate de nossas diferenças, que nos enriquece e complementa. Uma federação que não seja extensão de partidos políticos, mal que dizimou a Andes. Uma federação solidamente construída sobre claros princípios democráticos, corporificados no seu Estatuto e na sua ação”, defendem os Sindicatos que assinam a carta.

Senado aprova criação de empresa para administrar HUs

O Senado Federal aprovou, no dia 23 novembro, o Projeto de Lei nº 79/2011, oriundo da Câmara dos Deputados, que autoriza o Governo Federal a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), destinada a administrar os hospitais universitários. O projeto, agora, segue para sanção presidencial.

De acordo com o projeto de lei, a Ebserh terá como finalidade, entre outras, a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e laboratorial à comunidade, de apoio ao ensino e à pesquisa, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoal em saúde pública, além de apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de educação superior.

Vinculada ao Ministério da Educação, a Ebserh será empresa pública de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio. Assim, os hospitais estarão academicamente subordinados a universidades, mas serão administrativamente independentes. A empresa terá sede em Brasília, com capital social integralmente subordinado à União.

Os 46 hospitais universitários, vinculados a 32 universidades federais, são responsáveis pela formação de grande número de profissionais médicos do país. Em determinadas regiões, são as unidades hospitalares mais importantes do serviço público de saúde. Eles cumprem papel fundamental na consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que 70% das unidades são consideradas de grande porte e têm perfil assistencial de alta complexidade.

Sindicato quer saber a opinião dos associados

A Apufsc está realizando pesquisas para saber a opinião dos associados. A primeira tem com o objetivo conhecer as necessidades e desejos de seus associados e assim melhor atendê-los. As respostas servirão para que o Sindicato possa definir os serviços prestados e as ações a

serem praticadas. Na segunda pesquisa, a Apufsc quer saber sobre qual o melhor investimento para os associados e pergunta se são favoráveis a concessão de subsídio de 40% para a aquisição do título no Lagoa Iate Clube (LIC). As pesquisas estão sendo encaminhadas via e-mail aos associados.

Execução da GED

As primeiras iniciais ajuizadas pelo Departamento Jurídico da Apufsc para promover a execução da sentença da GED já conta com 92 professores. A lista completa está no site do Sindicato: www.apufsc.org.br

Superior Tribunal de Justiça nega provimento ao Agravo Regimental sobre a URP

A Apufsc comunica a seus associados que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concluiu, na quinta-feira (01), em Brasília, o julgamento do Agravo Regimental nº 7950, interposto de decisão do Relator naquela Corte, negando seguimento a recurso interposto contra decisão do Tribunal Federal da 4ª. Região, em Porto Alegre. Infelizmente, por três votos a dois, o STJ negou provimento ao Agravo Regimental, pondo fim aos esforços para afastar o entendimento da Justiça Federal de Santa Catarina, do TRF da 4ª Região e do próprio STJ, de existência de coisa julgada e litispendência, a impedir a postulação judicial contra o corte da URP.

No julgamento de ontem, o Ministro Humberto Martins acompanhou o voto divergente do Ministro César Asfor Rocha, que dava provimento ao Agravo Regimental, mas os Ministros Hermann Benjamin, presidente do STJ, e Mauro Campbell votaram com o Relator, Ministro Castro Meira, pelo desprovimento do recurso, com base na Súmula 7, do STJ, que veda o reexame, naquela instância, de provas em relação às quais assentado o julgamento da decisão recorrida.

O julgamento foi assistido pelo Presidente da Apufsc, Carlos Mussi, e pelo Dr. João José Ramos Schaefer, um de nossos advogados no Mandado de Segurança.

Definidas mesas temáticas para a reestruturação da carreira

Os representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e das entidades sindicais, Proifés e Andes, definiram, na reunião do dia primeiro de dezembro, a estrutura das mesas temáticas e do balanço final sobre as divergências das propostas de reestruturação da carreira docente das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifés). De acordo como o Grupo de Trabalho (GT), as oficinas serão divididas em quatro temas: caracterização geral da reestruturação, carreira, cargo e quadro docente; estrutura da carreira, classes e níveis, professor titular, interstícios e degraus; desenvolvimento na carreira e remuneração e, por último, reenquadramento, direitos anteriores, afastamentos, regime de trabalho, entre outras. A próxima reunião do GT acontece no dia 12 de dezembro, quando será realizada a sistematização dos trabalhos da oficina e a definição do calendário para 2012.

Na reunião que antecedeu o encontro, realizada no dia 24 de novembro, as entidades destacaram alguns pontos do debate. O Proifés defende que o governo deixe claro o que significa "harmonia entre as carreiras do MS e do EBTT". Para o Proifés, não se deve desassociar as duas carreiras no processo de negociação, já que o governo afirma que o debate é sobre as duas carreiras, mas só fez proposta para a do MS. Além disso, o Sindicato afirma que o cargo de Titular é um dos cargos da carreira e não um cargo isolado, com um novo regime. Para o Proifés, as discussões visam reestruturar e não criar uma nova carreira. Já o Andes destaca que as propostas apresentadas pelo governo, evidenciam a postura protelatória, já que o projeto remete quase na íntegra o que foi discutido nas negociações de 2010, que foi rejeitada pelas assembleias dos docentes por tratar-se de uma tentativa do governo de consolidar vários danos já impostos.

Previdência complementar tranca pauta na Câmara

A Câmara dos Deputados fecha o mês de novembro com a pauta do plenário travada por seis medidas provisórias e ainda o PL 1.992/07, do Executivo, que institui a previdência complementar dos servidores públicos da União, já que a matéria está em exame sob regime de urgência constitucional requerida pelo governo.

O projeto do governo aplica aos servidores admitidos depois do novo regime o mesmo teto de aposentadoria dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (atualmente em R\$ 3.689,66).

Para receber uma aposentadoria maior, os servidores poderão participar da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), escolhendo com quanto querem contribuir segundo os planos de benefícios oferecidos. O aporte do governo, independente do aporte do servidor, será de até 7,5%.

A intenção do Executivo é aprovar um texto negociado, com um regime de aposentadoria para os servidores de cada um dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário.

Projeto sobre liberdade sindical está pronto para votação no Senado

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 16, de 1984, do Executivo, (PDC 58/84), que ratifica a Convenção 87 da OIT, sobre liberdade sindical e à proteção ao direito sindical, está pronto para votação, com parecer favorável do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), na Comissão de Assuntos Sociais.

Na Câmara, o projeto foi aprovado em 29 de agosto de 1984. Trata-se da proposição mais antiga em tramitação no Congresso.

Segundo o texto da Convenção, adotada em São Francisco (EUA) em 1948, por ocasião da 31ª sessão da Convenção Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dispõe sobre a liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização.

Isto é, estabelece o direito de todos os trabalhadores e empregadores de constituírem organizações que considerem convenientes e de a elas se filiarem, sem prévia autorização, e dispõe sobre uma série de garantias para o livre funcionamento dessas organizações, sem ingerência das autoridades públicas.

A Convenção, se aprovada pelo Congresso, vedará a dissolução ou suspensão de entidade sindical por via administrativa bem como irá consagrar a irrestrita faculdade de articulação de entes de base em organismos superiores e de filiação a organizações internacionais.

ERRATA

Na última edição do Informativo da Apufsc, nº 761, publicamos uma informação equivocada. Na matéria "UFSC fica em 28º lugar em índice do MEC", ao contrário do que foi informado, curso de Enfermagem possui conceito 4, de acordo com o MEC. O texto já foi corrigido no site da Apufsc.